



TC 3.017/2007

ANÁLISE. PREGÃO. CONTRATO. TERMO ADITIVO. CET. Fornecimento de peças, acessórios e serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos. 1. Inexistência de orçamento detalhado que expresse a composição de todos os custos unitários. Art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93. Art. 2º, VI, Dec. Mun. 44.279/03. 2. Adoção de parâmetros restritivos. Desatendido o princípio constitucional da isonomia. Acessoriedade. IRREGULARES. Votação unânime.

Relatório e voto englobados TCs 3.017/2007 e 3.145/2007

TCs citados 706/2010 e 281/2010

4ª Sessão Ordinária Não Presencial – Primeira Câmara

DECISÃO

Vistos e relatados englobadamente os processos TC/003017/2007 e TC/003145/2007, dos quais é Relator o Conselheiro JOÃO ANTONIO.

DECIDEM os Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, julgar irregulares o Pregão Presencial 055/2006 e, por sucessão, o Contrato 122/2006 e o Termo de Aditamento 013/2007, em razão das seguintes falhas, a saber:

- Falta de apresentação de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, descumprindo o inciso II § 2º artigo 7º da Lei Federal 8.666/93, além do inciso VI artigo 2º do Decreto Municipal 44.279/93.

- Adoção de parâmetros restritivos não justificados suficientemente, desatendendo o princípio constitucional da isonomia, previsto no inciso I do artigo 3º da Lei Federal 8.666/93.

DECIDEM, ademais, à unanimidade, determinar, após as comunicações de praxe, o arquivamento dos autos.

Recorrem "ex officio", nos termos do artigo 136, inciso V, combinado com o artigo 137, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte.



Participou do julgamento o Conselheiro EDSON SIMÕES.

São Paulo, 22 de novembro de 2019.

ROBERTO BRAGUIM
Vice-Presidente no exercício da Presidência

JOÃO ANTONIO
Relator

RELATÓRIO

Trata o TC nº 72.003.017/07-40 de análise do Pregão nº 55/2006, que tem como objeto o fornecimento de peças e acessórios genuínos e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos da marca Chevrolet, pertencentes à frota da CET, bem como do contrato dele derivado, Contrato nº 122/2006, firmado com a Itororó Brás Veículos e Peças Ltda., e do Termo de Aditamento nº 13/2007.

A Auditoria elaborou o relatório de fls. 230/247, apresentando os seguintes apontamentos:

- Ausência de autuação do Processo Administrativo - infringência ao artigo 38 da L.F. nº 8.666/93 c/c artigo 2º do D.M. nº 44.279/03.
- Falta de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários e de demonstração das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis - descumprimento do inciso II, parágrafo 2º, artigo 7º, c/c com inciso II, parágrafo 7º, artigo 15, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, além dos incisos IX e VI, artigo 2º, do Decreto Municipal nº 44.279/03.
- Adoção de parâmetros restritivos não justificados suficientemente, desatendendo o princípio constitucional da isonomia (infringência ao inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93).
- Subjetividade na avaliação dos atestados técnicos - infringência ao inciso II, artigo 27 e artigo 30, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

O contrato nº 122/2006 e o termo de aditamento nº 13/2007 foram também considerados irregulares por serem oriundos de processo licitatório irregular, conforme consta às fls. 239/245.

A Origem apresentou esclarecimentos às fls. 250/254 dos presentes autos que, após analisado, a Auditoria concluiu às fls. 258/264:



“Em face do exposto, concluímos pela irregularidade do Pregão nº 55/2006 por conta dos seguintes aspectos:

- Ausência de autuação do Processo Administrativo - infringência ao artigo 38 da L.F. nº 8.666/93 c/c artigo 2º do D.M. nº 44.279/03.*
- Falta de apresentação de adequada pesquisa de mercado para o item “hora – prestação de serviços”, de forma que não há orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, descumprindo o inciso II, parágrafo 2º, artigo 7º, da Lei Federal nº 8.666/93, além do inciso VI, artigo 2º, do Decreto Municipal nº 44.279/03.*
- Adoção de parâmetros restritivos não justificados suficientemente, desatendendo o princípio constitucional da isonomia (infringência ao inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93).*
- Subjetividade na avaliação dos atestados técnicos - infringência ao inciso II, artigo 27 e artigo 30, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.*

O contrato nº 122/2006 e o termo de aditamento nº 13/2007 foram também considerados irregulares por serem oriundos de processo licitatório irregular.”

Novamente intimada, a Origem apresentou novos esclarecimentos às fls. 271/292 dos presentes autos, e a Contratada, também intimada, apresentou defesa às fls. 293/315.

A Assessoria Jurídica de Controle Externo acompanhou parcialmente as conclusões alcançadas pela Auditoria e opinou pela irregularidade do certame em face da ausência de critérios uniformes para pesquisa de mercado e à restrição injustificada da competitividade do certame pela restrição do objeto ao fornecimento de peças e acessórios genuínos, sem possibilitar a participação de empresas que forneçam acessórios originais (fls. 328/335 e 336).

A Procuradoria da Fazenda Municipal entendeu necessária a intimação da interessada para conhecimento do posicionamento da Assessoria Jurídica de Controle Externo, bem como apresentou quesitos a serem encaminhados à Origem (fls. 338/343).

Em atendimento ao requerido pelo Órgão Fazendário, a Origem foi intimada e anexou aos presentes autos os esclarecimentos de fls. 352/385, que, após serem analisados pela Auditoria, foram considerados incapazes



de alterar as conclusões de fls. 258/264, as quais restaram, assim, ratificadas (fls. 386/392).

Novamente instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica Chefe de Controle Externo, também, ratificou suas conclusões anteriores (fls. 395/398 e 399).

A Procuradoria da Fazenda Municipal, em face dos esclarecimentos ofertados pela Origem, bem como pelo fato de não restar apurado nos presentes autos a existência de prejuízo ao Erário, dolo, culpa ou má-fé por parte do agente, houve por bem requerer o acolhimento dos atos em exame, ou, ao menos, o reconhecimento dos seus efeitos financeiros (fls. 401/417).

A Secretaria Geral opinou pela irregularidade do Pregão nº 55/2006, face à falta de apresentação de adequada pesquisa de mercado, infringindo o disposto no inciso II, parágrafo 2º, artigo 7º, c/c com inciso II, parágrafo 7º, artigo 15, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, além dos incisos IX e VI, artigo 2º, do Decreto Municipal nº 44.279/03, e, pela adoção de parâmetros restritivos não justificados suficientemente, desatendendo o princípio constitucional da isonomia previsto no inciso I, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93. Opinou ainda pela irregularidade dos ajustes, vez que decorrentes de licitação considerada irregular.

Trata o TC nº 72.003.145.07-20 de acompanhamento de execução contratual nº 122/2006.

O relatório do acompanhamento foi elaborado às fls. 41/51, concluindo pela regularidade da execução com as seguintes ressalvas:

- Não há identificação na Ordem de Fornecimento do funcionário da contratada (Ilororó) responsável pelo seu recebimento, constando apenas uma rubrica, procedimento que impossibilita a responsabilização em eventuais questionamentos; deveria haver identificação completa do funcionário com nome, número de registro funcional e cargo;

- A CET deixou de aplicar multa por atraso na entrega da Ordem de Fornecimento nº 1065, em face da justificativa da contratada estar baseada em problemas internos administrativos o que não constituiria elemento capaz de dispensar a aplicação da multa; o responsável pela GAF deveria ter justificado a aceitação de justificativa não plausível, tendo em vista o enorme atraso;

- A falta de clareza do termo “fato gerador” dificulta a efetiva aplicação das cláusulas 2.3, 2.6 e 10.1 que tratam de prazos, pedidos de prorrogação e aplicação de multas por descumprimento de prazos; a comunicação do atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato deve ser formalizada tão logo a contratada tenha conhecimento do fato e antes do vencimento do prazo final.



O relatório de acompanhamento de execução contratual incluiu a avaliação de alguns procedimentos internos da CET quando os serviços de manutenção são realizados na Gerência de Administração da Frota, tendo em vista o risco inerente ao controle do estoque das peças, concluindo haver deficiências dos controles internos em razão das seguintes constatações:

- Falta de assinatura na requisição por responsável pela Oficina;
- Incompatibilidade entre as quantidades físicas constantes das requisições de materiais e as das respectivas Ordens de Serviço;

Observou-se, ainda, que a Origem deveria efetuar análise quanto à situação dos estoques de itens sem movimentação há vários anos para evitar a ocorrência de manutenção em estoque de peças sem efetiva utilização.

Foi notificada a Origem para conhecimento e manifestação (Ofício SSG-GAB nº 8816/2007 - fl. 55), apresentando seus esclarecimentos às fls. 56/65 por seu Diretor Presidente, Sr. Roberto Salvador Scaringella.

Após análise, a Auditoria produziu a seguinte manifestação:

1. Insuficiência de identificação do funcionário da contratada na Ordem de Fornecimento

A Origem afirma que "A dinâmica de execução do contrato que impõe a entrega do material no prazo de 1 (um) dia útil contado do recebimento da ordem de fornecimento, sem maiores formalidades e decorre da necessidade da CET suprir a área operacional com os veículos em perfeitas condições de uso. Assim sendo, porque o contrato não exige a identificação do funcionário que recebe a ordem, mas apenas que seja aposto o seu recebimento e uma vez que foram atendidas as ordens de fornecimento recebidas pela contratada desta forma, entendemos que não cabe a ressalva constante do subitem 3.3.1 do relatório." (fl. 57)

Comentários:

Verificamos na Cláusula Segunda do Contrato nº 122/2006:

"2.2. O prazo para entrega do fornecimento é de, no máximo, 01 (um) dia útil contado da data do recebimento da "Ordem de Fornecimento" pela CONTRATADA, observado o horário de expediente – das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00."



De fato, o contrato não exige qualquer forma especial para o recebimento; no entanto, o ato deve contemplar forma que evite qualquer possibilidade de equívoco ou negativa de recebimento por parte da contratada. A aposição de carimbo e assinatura consumiria poucos segundos, sem afetar o prazo de realização do serviço.

Deste modo, visando maior segurança ao processo, sugerimos que se recomende à Origem a adoção de procedimento em que haja a evidenciação do funcionário da empresa contratada responsável pelo recebimento da Ordem de Fornecimento (incluída na proposta de melhoria dos controles internos em geral, comentada no item 4).

2. Ausência de aplicação de multa por atraso injustificado
Esclarece a CET que “É prerrogativa dos gestores do contrato, entendendo-se como tais todos aqueles que acumulam responsabilidades pelos processos de trabalho envolvidos, e não somente o contraparte do mesmo, adotar medidas, entre as quais a aceitação de pedidos de prorrogação de serviços demandados, com base em critérios e avaliações de natureza técnica, que dizem respeito, entre outros, à idade dos veículos em questão (no caso picapes C20, com idade média de 13,9), à dificuldade na obtenção de peças de reposição junto à montadora e não em razão de problemas internos administrativos da montadora. (...) Se devidamente justificado e aceito pelo contraparte/gestor do contrato o motivo para prorrogação do prazo de entrega do objeto de OF, entende-se que a prorrogação do prazo de entrega foi autorizada e, neste caso, não incorre a Contratada em qualquer multa de mora.” (fl. 57)

Comentários:

Verificamos na Cláusula Segunda do Contrato nº 122/2006:

“2.4. A definição da amplitude do serviço será determinado pela quantidade de horas para mão de obra, sendo:

2.4.1. Pequena monta: até 15 (quinze) horas.

2.4.2. Média monta: acima de 15 (quinze) e até 30 (trinta) horas.

2.4.3. Grande monta: acima de 30 (trinta) horas.

2.5. Os prazos contratuais somente serão revisados, quando o seu descumprimento estiver embasado nos motivos de caso fortuito ou de força maior, estabelecidos no Artigo 393, Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro, greves ou motivos imputáveis à CET.

2.6. Ocorrendo atraso, com base nos motivos previstos no subitem 2.4, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito à CET, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contado a partir do fato gerador.”



Conforme verificamos no pedido de prorrogação de prazo (fl. 69), o motivo do atraso da Ordem de Fornecimento nº 1065 (realizada em 28 dias úteis) é um problema administrativo interno da contratada que não pode ser considerado como força maior ou caso fortuito; não poderia, também, ser considerado como alteração da amplitude do serviço. Portanto, reiteramos a conclusão anterior de que a não imposição de multa por atraso não foi devidamente justificado pela Origem.

3. Dificuldade de aplicação de cláusulas contratuais em razão da falta de clareza do termo “fato gerador”.

A CET argumenta que "Quanto aos prazos de execução de serviços, a que se referem os subitens 2.3 e 2.4 do contrato, não há nenhuma dificuldade de aplicação da multa por atraso, uma vez que está definido a quantidade de horas a serem dispendidas, segundo a amplitude dos serviços a serem realizados (se de pequena, média e grande montas). Avaliado e aprovado o orçamento dos serviços a serem realizados, nos termos do subitem 3.4 e durante a realização desses serviços se ocorrer fato que gere o impedimento de sua execução com a quantidade de horas aprovada (como, por exemplo, extensão do trabalho inicialmente previsto em função da demanda do reparo em execução ou em decorrência de falta de peças), a Contratada deve comunicar tal circunstância no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, conforme previsto no subitem 2.6 do contrato, para fins de avaliação e aprovação do contraparte/gestor do contrato, sendo que, uma vez autorizada a prorrogação da execução dos serviços, não incorrerá em multa de mora." (fl. 57)

Comentários:

O item 2.6 do contrato, transcrito acima, menciona motivos previstos no item 2.4. Não há, porém, no referido item, nenhuma previsão de motivos de atraso, mas a definição da amplitude do serviço. São considerados motivos para revisão de prazo apenas os previstos no item 2.5 (força maior e caso fortuito).

Ainda que se considere que o “fato gerador” possa ser a ocorrência dos motivos do item 2.5 ou a alteração da amplitude definida no item 2.4, a própria redação do item 2.6 dificulta a aplicação das cláusulas contratuais.

Deste modo, reiteramos a conclusão anterior de que a falta de clareza quanto aos motivos que justificariam prorrogação de prazo dificulta a aplicação de cláusulas contratuais.

4. Deficiências dos controles internos

A Origem informa que o sistema de processamento de movimentação do estoque é recente e que "A ausência do campo para assinatura do responsável, por outro lado, não significa que não foi realizada a supervisão, pois em



outras etapas do processo de trabalho da Oficina, a verificação da necessidade das peças era checada, como na conferência das Ordens de Serviços – OS's. (...) Presentemente, o campo da RM contemplando a assinatura do responsável na RM já consta da requisição, bem como foi alterado o procedimento das OS's, onde agora são lançadas todas as peças necessárias ao reparo do veículo, e o almoxarifado emite a RM contemplando o que está lançado na OS; a RM somente é processada após a aprovação do responsável. Se houver itens na OS em processamento de compra, o almoxarifado a retém e a libera apenas quando da chegada do item. (...) O documento oficial é a RM e a OS é simples relatório para controle de execução do serviço." (fl. 58)

Informou também que "O atual sistema de processamento da movimentação do estoque foi recém implantado (janeiro/2007), encontrando-se em fase de ajustes, acertos, montagem e elaboração de relatórios". (fl. 57)"

Por fim, a CET argumenta que "A prática da Oficina é o lançamento de todos os itens da RM na OS, bem como sua aplicação no veículo indicado, a fim de se manter sempre atualizado o histórico de manutenção do veículo. Algumas diferenças, como as detectadas pelo auditor, ocorrem sempre em serviços de manutenção e se justificam em função de necessidade constatada no curso do trabalho realizado no veículo. (...) Porém, todos os lançamentos contábeis e a correta apropriação do custo real da OS não deixam de acontecer, porque estão lançados no documento oficial que é a RM." (fl. 58)

Comentários:

O relatório de acompanhamento constatou deficiências nos controles internos que comprometem a eficácia quanto à regularidade da movimentação de peças e indicou a necessidade de a CET reavaliar os seus procedimentos e adotar um sistema adequado ao risco envolvido.

As constatações do relatório acerca da ausência de assinatura do responsável pela Oficina e do Revisor de Saída indicam que o método utilizado não contempla a plena identificação e aprovação dos agentes responsáveis pela movimentação dos materiais, o que fragiliza o sistema de controle considerado em conjunto.

Nesse sentido, a CET informou as providências adotadas para aprimoramento de algumas falhas apontadas, com destaque para:

adoção de campo na Requisição de Materiais para assinatura do responsável;

procedimento de lançamento de todas as peças necessárias ao reparo do veículo nas Ordens de Serviço;

emissão da Requisição de Materiais contemplando o que consta das Ordens de Serviços.



Quanto à efetiva aderência, pela CET, aos procedimentos informados, será objeto de auditoria programada com objetivo de avaliar os controles internos relativos à movimentação de peças, prevista no Plano Anual de Fiscalização de 2008, além da análise quanto às outras deficiências de controle detectadas (incluindo a falta de evidenciação do funcionário da empresa contratada responsável pelo recebimento da Ordem de Fornecimento comentada no item 1, a falta de assinatura do Revisor de Saída, etc.).

Portanto, permanece a recomendação no sentido de que deve a CET reavaliar os procedimentos adotados na movimentação de peças, de forma que se adote efetivamente um sistema que contemple métodos de aprovação de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos em cada parte das operações e transações, proposta que deverá ser inserida no Relatório Anual de Fiscalização de 2007 da Empresa.

5. Situação dos estoques de itens sem movimentação

A Origem sustenta que "A título de informação, em uma relação direta entre a quantidade de peças sem movimentação dos veículos da GM/CHEVROLET (249 itens) e a quantidade total de peças (aproximadamente) dos veículos desta mesma marca (30.000 itens), teremos um percentual de 0,83%.." (fl. 58)

Acrescenta que "A GAF iniciou um trabalho sobre os itens sem movimentação, que constitui uma preocupação constante da área para fins de redução dos valores imobilizados em estoque. No início de 2006, valores médios eram superiores a R\$ 450 mil, passando em 2007 para valores médios abaixo de R\$ 400 mil. O trabalho que vem sendo desenvolvido envolve o levantamento dos itens, sua aplicabilidade e real necessidade nas viaturas da frota, a conveniência e o custo da manutenção em estoque e, por fim, eventual venda em leilão, se for o caso. (...) Quanto à verificação de sua existência física, a contagem é promovida por ocasião da realização dos inventários. (...) Anualmente a CET promove o leilão de peças obsoletas de veículos, como se pode verificar pelo Edital nº 03/2006 em anexo." (fl. 58). A CET fornece quadros com a evolução dos estoques e disponibilidade dos veículos da frota.

Comentários:

A Empresa informou as providências para redução dos itens em estoque sem movimentação. No âmbito restrito deste trabalho, não há elementos suficientes para aferir se as medidas adotadas pela Origem são suficientes para o controle da situação destes estoques e para evitar a manutenção em estoque de peças sem utilização. Da mesma forma como em relação às falhas de controle interno comentadas no item anterior, esse assunto deverá ser objeto de exame quando da realização da auditoria programada com objetivo de avaliar os controles internos relativos à movimentação de peças, prevista no Plano Anual de Fiscalização de 2008.



Portanto, também estaremos inserindo no Relatório Anual de Fiscalização de 2007 da CET proposta de recomendação para que seja analisada a situação destes estoques, visando verificar a existência física, estado das peças, situação de efetivo aproveitamento, obsolescência, etc., adotando-se as medidas que se fizerem necessárias, para evitar a ocorrência de manutenção em estoque de peças sem efetiva utilização.

CONCLUSÃO

A) Quanto à Execução do Contrato nº 122/2006
(itens 3.3 a 3.7 do Relatório)

Comentários:

Do exposto, concluímos pela regularidade da execução do Contrato nº 122/2006 com a seguinte ressalva:

- A CET deixou de aplicar multa por atraso na entrega da Ordem de Fornecimento nº 1065, em face da justificativa da contratada estar baseada em problemas internos administrativos o que não constituiria elemento capaz de dispensar a aplicação da multa; o responsável pela GAF deveria ter justificado a aceitação de justificativa não plausível, tendo em vista o enorme atraso;

Sugerimos, ainda, que se faça à Origem a seguinte Recomendação:

- A CET deve adotar redação mais clara das cláusulas contratuais que tratam de cumprimento e prorrogação de prazos para propiciar maior segurança na aplicação das cláusulas contratuais, especialmente as referentes a penalidades.

B) Quanto à Avaliação dos Controles Internos
(item 3.8 e subitens 3.3.1 e 3.3.2 do Relatório)

Sugerimos, para deliberação superior, que as deficiências de controle interno detectadas no presente sejam incluídas no Relatório Anual de Fiscalização de 2007 da CET, e conseqüentemente com proposta das seguintes Recomendações:

Deve a CET reavaliar os procedimentos adotados na movimentação de peças, de forma que se adote efetivamente um sistema que contemple métodos de aprovação de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos em cada parte das operações e transações. Também deve implantar procedimento que evidencie de forma clara a compatibilidade entre as quantidades físicas de materiais constantes da Ordem de Serviço e das respectivas Requisições de Materiais.



A Empresa deve efetuar análise quanto à situação dos estoques de peças sem movimentação em vários anos, visando verificar a existência física, estado das peças, situação de efetivo aproveitamento, obsolescência, etc., adotando-se as medidas que se fizerem necessárias, para evitar a ocorrência de manutenção em estoque de peças sem efetiva utilização.

Estas recomendações deverão ser reexaminadas por ocasião da realização da Auditoria Programada prevista no Plano Anual de Fiscalização de 2008 com objetivo de avaliar os controles internos relativos à movimentação de peças no âmbito da Gerência de Administração da Frota – GAF.

Ciente da defesa apresentada, a Equipe de Fiscalização e Controle reiterou sua manifestação preliminar, acompanhada pela Assessoria Jurídica de Controle Externo (fls. 80/82).

O Órgão Fazendário opinou pela regularidade da execução contratual.

A Secretaria Geral acompanhou a AJCE pela regularidade da execução contratual.

É o relatório

VOTO

Em julgamento englobado o Pregão nº 55/2006, o Contrato nº 122/2006, o Termo de Aditamento nº 13/2007 e o acompanhamento da execução contratual.

O ajuste foi firmado entre a CET e a Itororó Brás Veículos e Peças Ltda, tendo como objeto o fornecimento de peças e acessórios genuínos e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos da marca Chevrolet, pertencentes à frota da Companhia.

A instrução processual revelou diversas falhas com relação ao procedimento licitatório, a saber:

1. Ausência de autuação do Processo Administrativo, infringindo o artigo 38 da L.F. nº 8.666/93 c/c artigo 2º do D.M. nº 44.279/03.

Em que pese a irregularidade demonstrar a falta de controle da Administração, esta não acarretou qualquer prejuízo às partes, motivo pelo qual entendo que poderá ser relevada.

Ademais, conforme informado pela CET, o seu procedimento de autuação de expediente já foi alterado, para fazer constar neste ato a numeração das folhas, o número do expediente e a indicação, a assinatura do



empregado que o executou, bem como a indicação do seu número de registro na CET.

2. Falta de apresentação de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, descumprindo o inciso II, parágrafo 2º, artigo 7º, da Lei Federal nº 8.666/93, além do inciso VI, artigo 2º, do Decreto Municipal nº 44.279/03.

O orçamento detalhado deveria, ainda, constituir um anexo do edital, conforme estabelece o inciso II do parágrafo 2º, do artigo 40, da Lei Federal nº 8.666/93.

Desta forma, entendo que a conduta da Origem não foi a mais acertada frente à lei, restando inequívoca a irregularidade.

3. Adoção de parâmetros restritivos não justificados suficientemente, desatendendo o princípio constitucional da isonomia, previsto no inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

A exigência da prestação de serviços apenas por concessionárias e aplicação de peças genuínas à frota da CET, infringe o disposto no inciso I, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

As matérias colacionadas aos autos pela própria Origem às fls. 87-89 confirmam o entendimento de que não há diferença entre as peças vendidas pelas concessionárias e aquelas comercializadas pelos distribuidores.

No mesmo sentido, este Tribunal já se posicionou nos processos TC nº 72.000.706/10-35 e 72.000.281/10-28, concluindo pela irregularidade da referida exigência, por violação ao princípio da isonomia previsto no inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4. Subjetividade na avaliação dos atestados técnicos, infringindo o inciso II, artigo 27 e artigo 30, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

3. Adoção de parâmetros restritivos não justificados suficientemente, desatendendo o princípio constitucional da isonomia, previsto no inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

Sobre esse apontamento, entendo que o edital em exame não confere subjetividade na avaliação dos atestados técnicos, vez que a redação do item 9.3.3.1 não deixa dúvida de que os atestados referentes à qualificação técnica deveriam ser pertinentes ou compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto do edital.

O contrato nº 122/2006 e o termo de aditamento nº 13/2007, embora não tenham apresentados falhas, foram considerados irregulares por serem oriundos de processo licitatório considerado irregular.



Relativamente à execução contratual, foi anotada uma ressalva sobre a não aplicação de multa por atraso na entrega da Ordem de Fornecimento nº 1065, em face da justificativa da contratada estar baseada em problemas internos administrativos o que não constituiria elemento capaz de dispensar a aplicação da multa.

Após analisar os esclarecimentos apresentados pela Origem, a Auditoria entendeu que a provável falha tenha ocorrido em face da má redação do item 2.6 do contrato, o que me faz entender superado o apontamento por conta da subjetividade que envolveu a interpretação das cláusulas contratuais.

Quanto às recomendações propostas pelos Órgãos Técnicos, deixo de acatá-las em razão do tempo decorrido e da notícia de que seria incluída uma auditoria no Plano Anual de Fiscalização de 2008 com o objetivo de avaliar os controles internos relativos à movimentação de peças no âmbito da Gerência de Administração da Frota.

Diante de todo o exposto, **JULGO IRREGULAR** o Pregão nº 55/2006 e, por sucessão, o Contrato nº 122/2006, o Termo de Aditamento nº 13/2007 e o acompanhamento da execução contratual.

Em razão do tempo decorrido entre a análise dos fatos e o presente julgamento deixo de aplicar a pena regimental aos agentes públicos responsáveis.

Após as comunicações de praxe, arquivem-se os autos.